



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

FORTALEZA, CE, 24 DE MARÇO DE 1995

Senhor Tasso Jereissati, Governador do Estado do Ceará; Senhores Ministros de Estado; Ministro da Agricultura; Senhores Senadores; Deputados; Doutor João Batista, Secretário Executivo do Ministério da Educação; Professor Antenor, que é o Secretário de Educação do Ceará; Professora – mais uma colega – aqui, Ana Luiza, que é Presidente do Conselho de Secretários; Senhoras e Senhores.

Primeiro, deixem-me expressar a minha alegria de estar aqui – e desculpas pelo traje: nós vamos daqui a pouco para o interior, para um programa de reforma agrária – e dizer que, se não por outras razões, eu me sinto aqui no “reino dos sociólogos”. Então, mais do que Presidente da República, eu sou de novo professor e sociólogo, aqui, hoje.

Tenho alguns títulos, mas aquele que é o meu mesmo, que é permanente, é o de professor. A maneira que eu mais gosto de ser referido é quando me chamam de professor, porque isso eu vou ser sempre, o resto passa; mas professor... Depois que a gente é, fica professor. De modo que me sinto muito à vontade de estar hoje, aqui, discutindo

com vocês, ouvindo de vocês as diretrizes que os Secretários de Educação estão formulando para os próximos anos.

Tenho procurado mostrar o meu empenho pessoal na questão da educação, não por ser professor, mas por estar convencido, como estamos todos, pelo que ouvi e pelo que sei, de que, se realmente quisermos democratizar este país, aumentar as oportunidades efetivas da sua população, distribuir a renda, dar condições de emprego, é preciso educar.

Isso, em primeiro lugar, é óbvio; mas, sendo o óbvio, não acontece. E nós temos postergado realmente tomar o caminho decidido de resolver as questões óbvias. Se nós não marcarmos o meu Governo por uma preocupação constante com educação, ainda que eu mantenha a inflação constante e baixa, não terei cumprido tudo o que eu desejo. Evidentemente, nós sabemos todos que a condição necessária para que se possa ter uma atuação mais condigna, na área social, mais competente, mais capaz de atender aos anseios do povo, é manter a situação econômica sob controle.

É realmente lamentável – se me permitem aqui uma pequena interrupção – que meia dúzia de especuladores e alguns políticos insensatos ponham em risco o Real e o povo brasileiro tenha que pagar esse preço. É lamentável o que ocorre. Acho que não é falta de educação, é falta de caráter. É jogar contra os interesses mais elementares do País utilizar qualquer pretexto para provocar crises que não existem. Mas, como somos educadores, sabemos que temos que persistir, ensinando, se pudermos, e aprendendo muito com o que acontece.

E certamente – retomando o fio da meada – do que o Brasil precisa é de mudanças na área social. Talvez manter a área econômica sob estrito controle. Nós temos condições de corrigir eventuais desvios, de acertar o rumo. Pode acontecer de, de repente, o mar se encapelar, mas nós já temos experiência suficiente para navegar em mares que sejam procelosos. Do que nós precisamos mesmo é fazer mudanças na área social, na área da agricultura, da educação e da saúde. É aí que o Brasil ganha ou perde a sua batalha para entrar no novo milênio de uma forma mais compatível com o que o povo merece.

Nós sabemos o que fazer. Aqui foi dito. E do que foi dito não há nada a discrepar, nem mesmo na questão da sua última observação sobre as verbas de educação. Sabe por quê? Porque o Governo Federal gasta mais do que é obrigado a gastar. Nós já mostramos à área econômica que qualquer alteração aí é desnecessária, é batalha meramente ideológica: deve ou não haver vinculação de tal ou qual... Em geral não deve. Numa sociedade democrática, o Congresso deve ter a capacidade de definir qual é a prioridade. Não devia haver verba vinculada.

Mas, dado que isso causaria pura e simplesmente uma agitação, sem efeito prático, para que entrar numa agitação inútil? Quanto às outras metas, são outros argumentos do País. O Doutor Antenor explicou aqui de forma muito direta, e, também, a professora Ana Luiza reafirmou, que não há nada impossível na educação se nós centrarmos tudo na escola. E, hoje, esses números que indicam a repetência – problemas de há muito, grandes problemas –, apenas reafirmam o que já se sabe: ou se muda a qualidade do ensino, ou isso não se resolve. Já não se importam mais em abrir escolas, também vamos continuar abrindo, senão vem uma manchete maldosa: “Presidente propõe não financiar mais escolas.” Faz parte do jogo, hoje, do quanto pior melhor.

Pois bem, vamos abrir as escolas necessárias. Mas não adianta abrir escolas e termos ali dentro a alma das pessoas que lá estão, vagando, perdidas, sem saber o que fazem. A luta é dentro da escola. E também não existe processo que avance sem democratização da gestão, democratização no senso apropriado, de não partidizar a escola – sempre fui de partido, não tenho nada contra isso, mas não na escola: aí a luta tem que ser dessa natureza, não passivista, nem corporativa tampouco. É como me foi proposto aqui. Entre os qualificados é que se escolhe, e o pai de aluno participa da escola, é evidente, porque a educação tem que ser feita junto com o pai, com a mãe, com a família. Mas é aí, dentro da escola, que se dá essa transformação. É na qualidade do ensino, na motivação do professor, no treinamento do professor e no salário do professor. Não adianta tampar o sol com a peneira. Pode parecer fácil ao Presidente dizer que é possível melhorar o salário porque quem vai pagar é o

governador ou o prefeito, mas eu não sou irresponsável: nós temos que criar condições gerais para que isso possa ocorrer.

Nós temos que fazer o que aqui foi dito: unir a qualificação, unir também os salários. Tem que haver sistema de avaliação. Não é possível sistema de ensino que não olhe para avaliação. Isso não existe no mundo.

Outra questão até certo ponto desvinculada disso é que, qualquer que seja o nível de competência, a pessoa tem direito de viver razoavelmente bem, mas ela não tem direito de ter promoções indevidas, porque essa promoção vai afetar o desempenho do aluno, depois. A promoção tem que estar ligada à capacitação. Nunca entendi promoções automáticas, e eu sou professor disso aqui, fiz todas as teses que era possível fazer na vida, fiz quatro teses: mestrado, doutorado, livre docência e cátedra. Acho isso indispensável; não é possível haver uma promoção sem qualificação. Mas qualquer um deve ganhar razoavelmente bem, decentemente, mesmo que não tenha qualificação. A questão é que a nossa pirâmide está invertida: paga-se muito pouco a quem começa e se melhora para quem tem maior qualificação.

Acho que se deveria pagar melhor a quem começa, não é melhor do que nós pagarmos proporcionalmente mais porque a pessoa precisa, mas a motivação não pode ser essa do salário, tem que ser a do desempenho. Ou a pessoa sente alguma gratificação no que faz, ou vai querer ir embora, vai querer se aposentar, pois não tem gratificação, a condição de trabalho é ruim, não vê sentido no trabalho, quer se livrar dele, arranjar outro bico mais adiante, que pague um pouco melhor.

Nós temos que corrigir pela base, e isso depende de mecanismos que hoje implicam treinamento – é muita distância para os pés do professor –, motivação do conjunto da sociedade, prestígio, dignidade para a função do professor. Devemos ser claros: a questão central é a escola primária. Se não enfrentarmos, mormente com competência e coragem, a questão do ensino básico, o resto não vai ter nunca solução; ou, melhor, haverá soluções – como eu digo sempre, quem é competente se internacionaliza. Mas, e daí? Que proveito traz isso para o povo do País? Muito pouco. A questão são as médias, e as médias dependem dessa massa que está na base da pirâmide educativa: é o professor primário, é

a escola primária que tem que sofrer a grande transformação, sem a qual nós vamos estar sempre com uma edificação com pés de barro, porque não tem apoio naquilo que é fundamental.

Recentemente, no Rio de Janeiro, nesse programa Acorda Brasil, para a educação, eu me recordava de alguns educadores que me influenciaram muito. Um foi meu professor Fernando de Azevedo; o outro, colaborei com ele no MEC, é o professor Anísio Teixeira. Teve um terceiro que também foi meu professor, com quem eu trabalhei a vida toda, o professor Florestan Fernandes. Fizemos um campanha em defesa da escola pública nos anos 50 com esses professores.

A idéia é a mesma de sempre. A gente tinha a idéia de pôr em prática a filosofia de Dewey, que se opunha ao ensino abstrato, ao ensino formal, ao ensino dito de elite ou aristocrático. Ele queria juntar a formação humanística que tinha em outro estilo, como o Fernando de Azevedo também tinha, que é uma capacidade de fazer, de atuar, de trabalhar uma nova escola, uma nova pedagogia. Mas era fundamental à visão de todos esses mestres da educação, no Brasil, a idéia de que tem que haver acesso para todos na escola gratuita, universal, e que ela seja a formadora da cidadania, como aqui foi dito.

Isso é democracia. Foi assim que se construíram as grandes democracias, na França, nos Estados Unidos, na Inglaterra. Todas elas só se consolidaram como democracias, de maneira estável, depois que se viabilizaram na educação.

Esse é o nosso desafio. Nós vamos enfrentá-lo. E vamos enfrentá-lo com esse espírito que eu vi aqui. A Professora Ana Luiza, o Professor Antenor, tenho certeza de que os outros, se falassem, diriam algo semelhante. Hoje está pairando no ar a idéia de que nós temos que fazer com que a educação seja não só tarefa do professor, tarefa da escola, mas também tarefa da sociedade. E o Governo sozinho é impotente para resolver as questões educacionais.

Os países que enfrentaram com energia o desafio da educação mobilizaram a sociedade. Nós temos que mobilizar a sociedade. É a razão pela qual o Presidente da República se empenha pessoalmente em vir aqui, em estar na escola primária, em discutir. Talvez eu não tenha me

dedicado mais, na área social, nesses primeiros dois meses de Governo, que à questão educacional, porque acho fundamental mobilizar a sociedade para isso, chamar a atenção, fazer com que cada um se sinta consternado, tocado pela necessidade da educação. Os empresários, também, o setor público, também, a classe média, também.

O Brasil já tem riqueza suficiente para poder atacar os verdadeiros problemas, a base dessa sociedade. É uma vergonha os dados que foram ditos aqui, em que se vê o contínuo desnivelamento das regiões nacionais. É uma vergonha.

A questão do Nordeste, a questão do Norte, ou são questões tomadas a sério pelo Brasil todo, ou é farisaísmo. Quando me opus a que se criasse um ministério específico para as questões regionais, foi porque isso seria uma primeira forma de discriminar. A primeira forma de discriminar é separar: “Tem o ministério, e você se vire com isso aí.” Não é assim que se mudam as coisas. É colocando no centro da preocupação nacional a questão regional – a pobreza e a educação espelham de forma direta essa questão, ambas estão imediatamente ligadas à questão regional.

Quer saber onde estão os mais pobres e os mais analfabetos? Vá se entender com o Nordeste. Se for preto, pior ainda. Se for mulher que tenha filhos e não tenha marido, pior ainda. Esse é um ninho de pobreza, um ninho de ignorância, um ninho de excluídos. Os excluídos estão aí. Se os excluídos estão aí, nós temos que nos concentrar nos que estão aí.

Tenho insistido muito junto às áreas sociais do Governo – espero que o Programa Comunidade Solidária traduza isso em ações efetivas – em que precisamos ter, ao mesmo tempo que essa preocupação do MEC e de todos nós, de normas gerais, de regras que ajudem o conjunto do País, a cooperação entre todos os estados, nós temos que ter programas focalizados para as áreas mais pobres. Porque, quando se diz em geral, os números são assustadores, e se tem a impressão de paralisação. É tão grande que eu não posso enfrentar. Quando se precisa e determina, vê-se que dá para enfrentar. E dá para enfrentar.

Nós temos que partir para uma estratégia também no caso da educação, para que, ao lado de uma visão global do Brasil, nós tenhamos

uma visão muito concreta dos bolsões de analfabetismo, dos bolsões de repetência, que vão coincidir com os bolsões de pobreza. É aí que vamos ter que atuar, e com muita energia.

Quero, Senhor Governador, Senhores Secretários, agradecer esta oportunidade e dizer-lhes que, seguramente, o Secretário Executivo do Ministério da Educação, ao expor as idéias do Ministério, vai mostrar-lhes quanto temos de coincidente, dizer-lhes que as idéias do Governo Federal não são apresentadas como se fossem a revelação da verdade absoluta, que nós estamos com o mesmo espírito de diálogo. A mesma gestão democrática que se teria numa escola tem o Presidente da República. A discussão, o diálogo, o respeito à opinião alheia não significam falta de decisão, não significam falta de firmeza, mas significam a compreensão de que aqueles que imaginam que no isolamento decidem perdem-se e não conseguem dar nenhum passo adiante. Os passos só são dados de forma estável quando têm o apoio mais amplo da sociedade e, sobretudo, dos meios diretamente ligados às decisões.

É essa a orientação do Ministério da Educação. Não é a orientação de um Ministério pretensioso, que vem ensinar o padre-nosso ao vigário, até porque, se fosse assim, eu pediria ao Padre José que rezasse por mim...

Não é esse o nosso espírito. O espírito é o de que nós temos que, efetivamente, trabalhar em conjunto e não podemos perder oportunidades. Esse sentimento quase de angústia com o tempo tem que existir. Não podemos postergar mais.

O meu Governo, o nosso – seja de que partido venha a ser; não sei e nem quero saber quais são os partidos aqui presentes –, os nossos governos têm uma responsabilidade muito grande em mudar em alguma coisa que se faça “a frio”. Os privilegiados usam sempre o nome do povo para defender seus castelos. Quantas vezes ouço gritarias a respeito de interesses “populares”, quando eu sei que, por detrás desses interesses, há interesses muito mesquinhos de grupos privilegiados. Nós não podemos temer nada disso.

O arrufo de quem quer defender seus interesses fala “em nome da Nação”, “em nome do povo”. Para quem já tem cabelos brancos, não assusta. O que assustaria, sim, seria a falta de determinação. E eu vejo

que há determinação de mudar. Nós vamos mudar o Brasil, nós vamos mudar a educação, nós vamos mudar a estrutura fundiária, nós vamos mudar a questão da saúde, nós vamos manter o valor da nossa moeda, nós vamos distribuir a renda. E, para isso, não vou ceder um milímetro a grito algum, a chantagem alguma. Mas uma pessoa sozinha não muda. Ou mudamos juntos, ou quem vai perder é o povo.

Estamos aqui, Senhor Governador, Senhores Secretários, para dizer que, da parte do Governo Federal, há a melhor boa vontade para que nós, na direção do que foi traçado aqui, juntos, possamos mudar o Brasil.

Muito obrigado.